



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 229/XI-2º/2014-15

(Sobre o Orçamento de Estado para 2015)

EU, JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Torno público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de dezembro de 2014 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 17 de dezembro de 2014, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Deliberação:

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

O Orçamento de Estado para 2015, que a maioria parlamentar de direita PSD/CDS, aprovou no final do mesmo passado na Assembleia da República, é mais uma peça na máquina de empobrecimento coletivo e em particular dos trabalhadores e do povo, em que se transformou este Governo PSD/CDS, que 3 anos e meio após a sua posse e com a sua ação destruidora, fez cair o PIB, o investimento, o consumo das famílias, o consumo público, e a procura interna, como nunca antes se tinha verificado.

Em 3 anos e meio o país recuou mais de uma década, foram destruídos centenas de milhares de empregos, os salários reais caíram em média 15% e a taxa de desemprego real ultrapassa os 20%, com mais de 1 milhão e duzentos mil desempregados e mais de 350 mil portugueses a serem forçados a emigrar, procurando lá fora aquilo que cá dentro este Governo lhes nega, um emprego digno para poderem viver.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 229

Tendo sempre como chapéu protetor o Pacto assinado com a Troika em 17 de Maio de 2011 pelo anterior Governo PS, com a concordância da atual maioria PSD/CDS, nos últimos 3 anos e meio foram centenas as medidas aprovadas por este Governo desde o ataque ao poder local democrático, através da imposição às freguesias da sua reorganização administrativa e da tentativa de subjugação dos municípios pela asfixia financeira, desde os cortes aos direitos dos trabalhadores e em especial aos trabalhadores da Administração Pública e da Administração Local, os cortes nos salários e pensões, a aprovação de uma sobretaxa extraordinária sobre os salários, a redução do valor das horas extraordinárias e das indemnizações por despedimento, a facilitação e simplificação das condições de despedimento, os cortes nos Orçamentos da Saúde e em especial do SNS, os cortes na Educação e em especial os ataques à Escola Pública, os cortes na Segurança Social e em especial nas várias prestações sociais, o aumento da carga fiscal sobre os trabalhadores através da redução dos escalões do IRS e sobre as famílias através do aumento do IMI e o IVA, a aprovação de uma nova lei do arrendamento, que mais não é do que uma verdadeira lei dos despejos para milhares e milhares de famílias, a liberalização do mercado energético, o aumento considerável dos preços dos transportes públicos e das taxas moderadoras e por fim a entrega ao sector privado de sectores chaves da nossa economia, através das privatizações da ANA, da REN, da EDP, dos CTT e da venda das participações que através da CGD detinha na Cimpor e do fim das golden-shares que o Estado ainda detinha na EDP, na GALP e na PT. Mas não contentes com tudo isto preparam-se agora para privatizar a TAP, os STCP, o Metro do Porto, a CARRIS, o Metro de Lisboa, a CP- Carga, a EMEF e as zonas portuárias, que serão entregues aos interesses económicos da náutica de recreio e cruzeiros.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 229

O Orçamento que a direita PSD/CDS acabou de aprovar na AR é um Orçamento para prosseguir a política dos PEC's e das Troikas, é um orçamento que aprofunda o favorecimento dos interesses do capital à custa dos trabalhadores e do povo, é um orçamento que pretende tornar definitivos cortes que este Governo hipocritamente disse serem provisórios.

Este é um orçamento que dá mais um passo no dismantelamento das funções sociais do Estado, só nos últimos 4 anos foram retirados à Escola Pública mais de 2 mil milhões de euros.

Ao brutal aumento de impostos suportado pelos trabalhadores, pensionistas e reformados e suas famílias em 2012, 2013 e 2014, o Governo em 2015 acrescenta a manutenção da sobretaxa extraordinária de IRS, que tinha afirmado ter um carácter transitório e aumenta a carga fiscal através do fim da cláusula de salvaguarda do IMI e da criação da chamada fiscalidade verde, com uma taxa sobre os sacos de plástico e a introdução de uma taxa de carbono que vai fazer aumentar os preços dos combustíveis.

Este Governo tem apregoado aos sete ventos que a reforma do IRS que aprovou para 2015 é amiga das famílias e em particular das famílias numerosas, mas a verdade é que a esmagadora maioria das famílias numerosas são pobre, não entregam IRS e viram os apoios sociais reduzirem-se enormemente (menos cerca de 600 mil abonos da família atribuídos desde 2010). Por outro lado o enorme aumento de impostos provocado pela redução do nº de escalões de IRS, pelo aumento da taxa de imposto por escalão e pela sobretaxa extraordinária de IRS permanece inalterado.

Na impossibilidade de cortar os salários como pretendia depois do chumbo do TC, mantém congelados os salários até 1500 euros na Administração Pública e a partir daí mantém cortes salariais entre 2,8% e 8%. Não podendo aplicar nas



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 229

pensões os cortes que pretendia com a Contribuição de Sustentabilidade chumbada pelo TC, o Governo insiste no congelamento das pensões inferiores a 1000 euros (com exceção das pensões mínimas) e impõe novos cortes nas pensões mais elevadas, para as quais os trabalhadores fizeram os seus descontos.

É hoje cada vez mais claro para milhões de portugueses que a política que com este Orçamento de Estado, este Governo PSD/CDS prossegue e aprofunda, não serve os seus interesses, nem os interesses de Portugal como país soberano e independente. Este Governo repete hoje até à exaustão que o país está melhor, mas as medidas de empobrecimento dos trabalhadores e do povo continuam e aprofundam-se. Só proclama o fim da crise quem nunca sofreu com ela.

Portugal é hoje um país mais injusto, desigual e desequilibrado territorialmente. A pobreza atinge hoje níveis nunca antes vistos, mais de ¼ dos portugueses vivem hoje abaixo do limiar de pobreza e estima-se que fruto das políticas deste Governo mais de 600 mil portugueses tenham caído na pobreza.

As políticas que têm vindo a ser prosseguidas destruíram o nosso aparelho produtivo, destruíram direitos laborais e sociais de milhões de portugueses, retrocederam os níveis de produção, consumo, investimento, emprego e distribuição do rendimento para patamares de anos e décadas anteriores e os níveis de desemprego, precariedade e degradação salarial para patamares nunca antes registados depois de Abril de 1974.

As políticas que têm vindo a ser prosseguidas não resolveram, nem resolvem, nenhum dos seus grandes objetivos: a redução sustentada do défice orçamental e da dívida pública, antes pelo contrário vão contribuir para o seu agravamento. O país precisa de uma outra política, de uma política patriótica e de esquerda.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 229

Uma política que assuma a imediata renegociação da dívida pública, nos seus prazos, juros e montantes, incluindo a renúncia da componente ilegítima dessa dívida e a assunção de um serviço da dívida compatível com as necessidades de crescimento económico e criação de emprego.

Uma política que garanta a efetiva defesa da produção e do aparelho produtivo nacional. Que envolva: um programa de substituição de importações por produção nacional; medidas de efetiva redução dos custos dos fatores de produção: energia, transportes, comunicações, crédito, etc., o aproveitamento e controlo soberano dos recursos nacionais; a valorização do mercado interno como componente do crescimento económico; o apoio efetivo às micro, pequenas e médias empresas, a diversificação das relações económicas, comerciais e de cooperação com outros povos.

Uma política que concretize o fim das privatizações e a recuperação do controlo público dos sectores estratégicos da economia nacional, incluindo a nacionalização da banca, colocando-os ao serviço dos trabalhadores e do povo.

Uma política que no plano fiscal acabe com o escandaloso favorecimento da banca, da especulação financeira, dos grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros;

Uma política que aposte na valorização dos salários, das reformas e pensões, das prestações sociais, inseridas num processo de combate às injustiças e melhoria das condições de vida das populações, bem como de estímulo ao mercado interno e à atividade económica;

Uma política de dinamização do investimento público, central e local necessário ao crescimento da atividade económica, à modernização e qualificação do país e à satisfação das necessidades das populações.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 229

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária, em 17 de Dezembro de 2014, delibera:

- Saudar todas as lutas, greves e manifestações organizadas ao longo dos últimos meses de forma cada vez mais intensa e que prosseguirão nos próximos dias e meses, como expressões vivas do descontentamento e repúdio da política que tem vindo a ser prosseguida por este Governo PSD/CDS e que este Orçamento de Estado prossegue e aprofunda ainda mais.
- Exigir o fim destas políticas que inevitavelmente conduzirão à destruição do nosso país como nação livre e independente e reclamar a devolução da palavra ao povo para que em eleições legislativas antecipadas se pronuncie livremente sobre o julgamento que faz destas políticas de direita e deste Governo, que têm conduzido à destruição do nosso país. Um Governo que pelas políticas que tem conduzido se apresenta hoje sem qualquer legitimidade política, social e eleitoral.

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 18 de dezembro de 2014

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)